

Dia do Advogado

19 de maio de 2026 · Matosinhos

João Massano

Bastonário da Ordem dos Advogados

Muito boa tarde a todos.

É ingrato falar a esta hora, mas terá de ser.

Depois de uma tarde como esta, calculo que já estejam um pouco cansados. Ainda assim, tudo aquilo que aqui aconteceu é muito importante para todos nós.

Celebrámos o Dia do Advogado.

E este Dia do Advogado assume um significado muito especial por acontecer no ano em que celebramos o Centenário da Ordem dos Advogados — da nossa Ordem.

Quero começar por agradecer à Câmara Municipal de Matosinhos todo o apoio prestado e a forma como acompanhou esta celebração e todos os eventos que realizámos ao longo destes dias.

Quero igualmente enaltecer o trabalho da Delegação de Matosinhos e, na pessoa da sua Presidente, prestar o meu público agradecimento pela forma como colaborou com o Conselho Geral, permitindo-nos organizar esta festa tão bonita ao longo destes três dias.

Agradeço, na pessoa da Senhora Presidente, Dra. Olímpia, todo o apoio e a forma como conseguimos, em conjunto, ultrapassar as dificuldades que fomos enfrentando ao longo do caminho.

Chegámos até aqui e penso que conseguimos realizar uma festa muito bonita.

Quero também agradecer à Vogal do Conselho Geral, de Matosinhos, que hoje se esqueceu dos óculos, como certamente repararam, mas que se empenhou profundamente para tornar este evento possível e para que tudo decorresse como pretendíamos.

À Dra. Conceição Lopes, muito obrigado por todo o esforço desenvolvido.

No capítulo dos agradecimentos, não posso deixar de destacar aqueles que são uma parte fundamental do trabalho que este Conselho Geral tem vindo a realizar de norte a sul do País e nas ilhas: os trabalhadores do Conselho Geral.

São eles que têm permitido que tudo isto aconteça.

Neste Dia do Advogado, tenho naturalmente de lhes prestar o meu agradecimento por terem tornado possível tudo aquilo que hoje aqui vimos.

Por vezes, parecem invisíveis.

Mas não são.

Tudo aquilo que temos realizado só é possível graças ao esforço e ao empenho que demonstram diariamente, para que o Centenário e o Dia do Advogado sejam celebrados da forma mais digna possível.

Peço, por isso, uma grande salva de palmas para todos eles.

Quero também agradecer a todos os Colegas que fizeram deste Dia do Advogado o maior de sempre em termos de adesão.

Estiveram neste magnífico teatro cerca de novecentas pessoas.

Muitas já tiveram, naturalmente, de regressar a casa, mas alcançámos um número com o qual não estávamos a contar e que muito nos honra.

É um número que demonstra que a Advocacia está a mudar e que a união da classe está, creio, cada vez mais forte.

Tanta gente esteve aqui, em Matosinhos, ao longo destes três dias, com um espírito extraordinário e demonstrando sentir-se bem num evento da Ordem dos Advogados.

Até me apetece dizer, como Chico Buarque:

«Foi bonita a festa.»

Como já afirmei várias vezes, é para mim uma enorme honra ser Bastonário da Ordem dos Advogados num momento tão importante para a Advocacia.

Se me permitem a imagem, que me parece adequada ao local e à ocasião, estou na minha cadeira de sonho.

Tomo a expressão de empréstimo a André Villas-Boas e aproveito para deixar uma palavra de parabéns ao Futebol Clube do Porto pela conquista do campeonato.

Permitam-me, agora, que comece longe daqui.

Numa sala de espera de um qualquer tribunal de comarca, numa manhã fria, encontra-se uma pessoa que nunca imaginou entrar num tribunal.

É uma daquelas pessoas que nos dizem que esperam nunca mais voltar.

Muitas vezes, falam connosco como se estivéssemos num velório e dizem:

«Esperava nunca o ter conhecido nestas circunstâncias.»

Eu já ouvi esta frase muitas vezes e estou certo de que todos vós também.

Essa pessoa não conhece os prazos.

Não compreende as palavras específicas do chamado juridiquês.

Não sabe o que a espera do outro lado da porta da sala de audiências.

Ao seu lado, senta-se uma Advogada.

Explica.

Traduz.

Acompanha.

E aquela pessoa, que chegou sozinha e perdida, deixa de estar só.

É isto, no essencial, a Advocacia.

É disto que falamos quando celebramos o Dia do Advogado.

Neste dia, celebramos uma profissão.

Mas, acima de tudo, celebramos uma missão.

Celebramos homens e mulheres que, todos os dias, colocam o seu conhecimento, a sua independência e a sua coragem ao serviço da defesa dos direitos, das liberdades e das garantias dos cidadãos.

Celebramos uma profissão simultaneamente técnica e humana.

Individual e profundamente pública.

Exigente e absolutamente indispensável à democracia.

Celebramos este dia num ano particularmente simbólico, como comecei por referir e gostaria agora de aprofundar.

Em 2026, a Ordem dos Advogados assinala cem anos de existência.

Foram cem anos ao serviço da Advocacia e da Justiça.

Cem anos ao serviço do nosso País, Portugal.

Ao longo de um século, a Ordem dos Advogados acompanhou as transformações do País, resistiu a momentos difíceis, contribuiu para a consolidação da democracia e afirmou-se como uma instituição essencial do Estado de Direito.

Esta é mais uma ocasião para celebrar essa História.

Mas não só.

É, sobretudo, um momento para refletir sobre o presente e reafirmar a nossa responsabilidade perante o futuro.

É precisamente esta ideia que orienta as comemorações do nosso Centenário:

Honrar a tradição, preparando o futuro.

A força de uma instituição centenária não reside apenas no seu passado.

Reside na sua capacidade de se renovar, de se adaptar e de continuar relevante num mundo em rápida transformação.

Vivemos tempos estranhos, marcados por profundas mudanças, nem sempre positivas.

É cada vez mais difícil liderar uma profissão que, precisamente por ser livre, independente e titular de determinadas prerrogativas, é frequente e facilmente atacada.

Isso tem acontecido cada vez mais, fruto de ideias feitas sobre aquilo que significa ser Advogado e sobre a forma como exercemos a nossa atividade.

Este tema não é novo.

Por isso, quero recuperar uma parte de um discurso que proferi neste mesmo dia, durante a cerimónia do Dia do Advogado de 2022.

Na altura, enquanto Presidente do Conselho Regional de Lisboa, esta era já uma matéria que me preocupava.

Continua a preocupar-me.

Chamei-lhe, então, «Os mitos sobre os Advogados».

Ao longo do tempo, foram criados muitos mitos sobre os Advogados.

Alguns antigos.

Outros mais recentes.

A maioria profundamente injustos.

Nesse discurso de 2022, referi alguns dos mitos mais comuns.

Aqueles que nos apresentam como caros, mentirosos ou manipuladores.

Aqueles que afirmam que somos todos ricos — era bom que assim fosse — e que apenas nos interessam os processos que dão dinheiro e publicidade.

Aqueles que dizem que nos aproveitamos das tragédias para ganhar dinheiro ou que inventamos esquemas para prolongar os processos.

Em suma, mitos que nos retratam como profissionais indignos de confiança.

Hoje quero voltar a falar desses mitos, começando por aquele que é, talvez, o mais persistente:

O mito de que os Advogados atrasam os processos.

De que recorrem a expedientes.

De que utilizam formalismos para impedir que a Justiça avance.

De que, sobretudo nos casos mais mediáticos, são os únicos responsáveis pela morosidade e pela frustração da opinião pública.

Esta ideia, tantas vezes repetida, é simples.

Mas está errada.

Os Advogados não atrasam a Justiça.

Exercem direitos que a Constituição e a lei consagram precisamente para garantir que a Justiça seja feita de forma justa, equilibrada e respeitadora das garantias fundamentais.

Quando um Advogado apresenta um requerimento, interpõe um recurso, suscita uma nulidade ou exige o cumprimento das regras processuais, não está a obstruir a Justiça.

Está a cumprir o seu dever.

Está a assegurar que o processo decorre de acordo com as regras do Estado de Direito.

Está a garantir que o poder — seja ele judicial, administrativo ou político — atua dentro dos limites da lei.

Isso não é um obstáculo à Justiça.

É a própria Justiça em ação.

A História ensina-nos que as maiores injustiças ocorreram precisamente quando se considerou que as garantias eram dispensáveis.

Quando se entendeu que, em nome da rapidez, da conveniência ou da pressão pública, era legítimo relativizar direitos fundamentais.

Quando se aceitou que os fins justificavam os meios.

Uma sociedade verdadeiramente democrática sabe que a Justiça não pode ser medida apenas pela sua velocidade.

A Justiça mede-se, acima de tudo, pela correção, pela imparcialidade e pela capacidade de respeitar os direitos de todos.

Mesmo daqueles de quem não gostamos.

Também se diz, por vezes, que os Advogados defendem o indefensável.

Mas esta afirmação parte de um equívoco evidente.

O Advogado não valida as condutas do seu cliente.

Não se identifica necessariamente com as suas posições, como tantas vezes se pretende fazer crer.

O Advogado garante que qualquer pessoa, independentemente da acusação que sobre ela recaia, tem direito a uma defesa.

Esse princípio não protege apenas o arguido.

Protege todos nós.

Porque o direito de defesa não existe para os casos fáceis.

Existe, precisamente, para os casos difíceis.

Outro mito frequente é o de que os Advogados servem apenas interesses privados.

Na realidade, cada Advogado exerce uma função de inequívoco interesse público.

Quando defende um cidadão contra uma arbitrariedade.

Quando protege uma empresa contra uma decisão injusta.

Quando apoia uma família numa situação de vulnerabilidade.

Quando assegura o Acesso ao Direito e aos Tribunais.

Em cada um desses momentos, o Advogado não serve apenas um cliente.

Serve a Justiça.

Serve a cidadania.

Serve, em última análise, a democracia.

Esse trabalho não se faz sozinho.

Porque somos todos Advogados.

Dignificar esta profissão é, por isso, uma tarefa coletiva.

Os Advogados devem ser os primeiros a fazê-lo.

Mas não podem ser os únicos.

E muito menos os últimos.

Dignificar a profissão é afirmar publicamente que a Advocacia não é um problema do sistema judicial.

É uma parte essencial da solução.

É necessário recordar continuamente que a independência dos Advogados é uma garantia dos cidadãos.

E devemos rejeitar os discursos simplistas que, ao procurarem culpados fáceis, acabam por enfraquecer uma das instituições fundamentais do Estado de Direito.

Vivemos num mundo, como já foi hoje referido, em profunda e rápida transformação.

Enfrentamos mudanças tecnológicas, políticas e sociais.

As democracias enfrentam desafios complexos, como debatemos ontem na conferência que aqui teve lugar.

Temos de nos preparar para os ataques às instituições, que se têm vindo a intensificar em várias frentes.

E os Advogados têm a obrigação de defender essas instituições.

A polarização intensifica-se.

A fragmentação do espaço público agrava-se.

A desinformação circula com enorme rapidez.

A confiança nas instituições é permanentemente colocada em causa.

As redes sociais transformaram radicalmente a forma como a opinião pública se constrói.

Vivemos numa lógica de instantaneidade, que favorece a simplificação e na qual a viralização recompensa sobretudo a emoção.

Neste contexto, corremos o risco de ver a complexidade jurídica substituída por narrativas sumárias.

Assistimos, não raras vezes, à condenação pública de pessoas antes de os tribunais se pronunciarem.

Nem tudo é negativo, naturalmente.

A inteligência artificial introduz oportunidades extraordinárias.

Mas coloca também desafios muito significativos à Advocacia.

Exige respostas sérias e credíveis.

Exige uma luta permanente contra a desinformação, os perfis automatizados e todos aqueles que procuram enfraquecer as nossas instituições.

Temos de nos preparar cada vez melhor, tanto do ponto de vista técnico como ético.

Num mundo em que a tecnologia acelera tudo, a Advocacia continua a desempenhar uma função insubstituível.

Quanto maior for o espaço ocupado pela tecnologia, mais importante se tornará o papel da Advocacia na defesa dos direitos.

Este é o ano do Centenário da Ordem, mas é também o ano em que celebramos os cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa.

Ainda é necessário falar de liberdade.

Porque a liberdade não é, seguramente, um tema ultrapassado.

Vivemos num tempo em que nunca foi tão fácil comunicar.

Mas, infelizmente, é cada vez mais difícil debater e dialogar.

As posições encontram-se de tal forma radicalizadas que quem não concorda connosco parece estar necessariamente contra nós.

Vivemos numa espécie de guerra civil permanente que ninguém parece conseguir travar.

Temos de defender a liberdade de expressão.

Hoje, ela já não depende apenas da ausência de censura.

Depende também da existência de condições que assegurem um debate público verdadeiramente plural.

Quando a informação é distorcida, perdemos todos.

Perde a democracia.

Perde o Estado de Direito Democrático.

A nossa atuação é essencial para proteger a privacidade, a honra, a reputação e os dados pessoais de todos.

A vigilância excessiva, a manipulação da informação e a discriminação têm vindo a aumentar através dos chamados algoritmos, de que tanto ouvimos falar.

Temos de construir uma Advocacia cada vez mais forte, respeitada e consciente da sua função.

Temos de recordar o papel que os nossos antepassados desempenharam e a forma como lutaram contra a censura e contra um Estado que tudo oprimia.

A Advocacia garante a liberdade de todos.

Neste ano, reafirmaremos esse compromisso.

Temos vindo a desenvolver várias iniciativas destinadas a preparar o futuro da nossa profissão.

Pela primeira vez, estamos a produzir um Relatório de Sustentabilidade da Ordem dos Advogados, tornando-nos a primeira associação pública profissional portuguesa a adotar voluntariamente este tipo de relatório.

Dinamizámos a formação a nível nacional.

Reforçámos a transformação digital.

Promovemos a transparência e a boa governação da Ordem.

Investimos em projetos de cidadania e de literacia jurídica.

Intensificámos a intervenção pública em defesa dos direitos dos cidadãos.

Prossequimos a valorização da profissão e das condições do seu exercício.

Entre os projetos em que temos trabalhado, quero destacar aquele que constitui uma prioridade absoluta do mandato deste Conselho Geral e que é, como sabem, uma das minhas grandes paixões:

A formação dos Advogados.

Começámos a trabalhar na formação logo que assumimos funções.

Ainda em 2025, organizámos mais de trinta ações de formação.

Quero hoje anunciar o passo seguinte:

A entrada em funcionamento do Portal de Formação da Ordem dos Advogados, que acontecerá nos próximos dias.

Com este portal, a formação contínua dos Advogados passa a dispor de uma plataforma centralizada, com um conjunto de funcionalidades e serviços destinados a todos.

Será possível pesquisar e localizar ações de formação, consultar a agenda geral e o catálogo formativo e aceder às páginas individuais de cada iniciativa, entre muitas outras funcionalidades.

Ainda no âmbito da digitalização, teremos também brevemente disponível o novo portal da Ordem dos Advogados.

Um portal mais moderno, mais acessível e adequado às necessidades atuais de todos nós.

E porque estamos num ano de aniversário, será igualmente disponibilizada uma loja online, onde poderão ser adquiridos objetos relacionados com o Centenário e outros produtos ligados ao exercício da Advocacia.

Persistem, contudo, desafios que não podemos ignorar.

A precariedade no acesso à profissão por parte dos jovens Advogados é um deles.

Estamos a trabalhar com o Governo para encontrar uma solução que permita apoiar financeiramente os Advogados que pretendam assumir as funções de patrono durante o estágio.

Temos defendido e debatido a necessidade de honorários mais justos no âmbito do apoio judiciário.

Temos igualmente procurado encontrar um caminho mais equilibrado para a proteção social dos Advogados.

Defendemos a preservação do segredo profissional e dos atos próprios dos Advogados.

Estamos também a trabalhar com o Governo para rever a legislação relativa aos atos próprios e introduzir alterações que permitam adaptar esse regime às exigências do presente.

Responder a estes desafios é essencial para garantir que a profissão continua a ser atrativa, respeitada e capaz de cumprir a sua missão.

Mas existe um destes desafios sobre o qual quero hoje ir além da simples referência.

Porque já temos um resultado concreto para apresentar:

Os honorários do apoio judiciário.

Ao longo dos últimos meses, a Ordem dos Advogados manteve com o Ministério da Justiça um diálogo persistente e leal sobre a remuneração dos Colegas que asseguram o Acesso ao Direito.

Não tem sido fácil.

Por incrível que pareça, o tempo da política consegue ser ainda mais moroso do que o tempo da Justiça.

Ainda assim, tem sido um diálogo útil.

Dessas reuniões resultou a Portaria n.º 223/2026, publicada ontem, que atualiza o valor da unidade de referência dos honorários da proteção jurídica.

Esta atualização não surgiu por acaso.

Resultou de uma promessa assumida publicamente pela Senhora Ministra da Justiça durante o encontro do Centenário realizado em Faro.

Hoje, essa promessa está cumprida.

O valor de referência que serve de base a toda a tabela de honorários do apoio judiciário, agora fixado em 28 euros, foi atualizado de acordo com a inflação verificada em 2025.

Mas aquilo que importa especialmente assinalar é que não estamos perante um gesto isolado.

Estamos perante a primeira de uma série de atualizações.

O valor passará a ser revisto todos os anos, por imposição legal, em função da evolução da inflação.

A atualização produz efeitos desde o dia 1 de janeiro de 2026.

A remuneração daqueles que defendem os cidadãos mais vulneráveis deixa, assim, de depender de decisões avulsas.

Passa a acompanhar, de forma regular e previsível, a evolução do custo de vida.

Não é, de modo algum, o fim do caminho.

Apresentámos também, recentemente, a possibilidade de todos termos acesso à nossa cédula profissional digital através da aplicação gov.pt.

É mais um passo.

São passos na direção certa.

Temos de reconhecer que este é apenas o princípio.

Mas temos também de reconhecer que, anteriormente, praticamente não existia uma relação de diálogo com o poder político.

Neste Dia do Advogado, permitam-me ainda outro anúncio:

Será retomado o trabalho de preparação de uma proposta de revisão do Estatuto da Ordem dos Advogados.

A Comissão responsável por esse trabalho será presidida pelo antigo Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. Guilherme Figueiredo, a quem agradeço, desde já, a disponibilidade e o empenho.

Esta Comissão já esteve em funções durante cerca de quarenta dias no anterior triénio e retomará agora os seus trabalhos a partir do ponto em que foram interrompidos.

Mas quero sublinhar aquilo que é essencial.

Estamos a cumprir uma promessa que este Conselho Geral assumiu publicamente.

A Ordem dos Advogados terá uma proposta própria de alteração ao seu Estatuto.

Uma proposta preparada pela Ordem, mas que não ficará fechada dentro do Conselho Geral.

Depois de elaborada, será discutida com todos, em todo o País.

Estaremos disponíveis para receber propostas e sugestões de alteração, antes de apresentarmos o documento ao Governo.

Por fim, neste Dia do Advogado, não posso deixar de prestar a minha mais sincera homenagem a todos os Advogados e Advogadas portugueses.

Com um destaque muito especial para aqueles que hoje receberam as suas medalhas pelos anos de serviço prestado à profissão.

Aos que exercem nos grandes centros urbanos e aos que asseguram a proximidade em todo o território.

Aos que iniciam a carreira com esperança e determinação.

Aos que acumulam décadas de experiência e de sabedoria.

Aos que, diariamente, defendem direitos, resolvem conflitos, protegem os mais vulneráveis e fortalecem a democracia.

Dos grandes centros às comarcas mais pequenas.

Do primeiro dia de cédula às décadas de exercício profissional.

Temos percorrido todo o País e já ultrapassámos os cinquenta mil quilómetros.

Aquilo que nos une é muito maior do que aquilo que nos distingue.

Porque somos todos Advogados.

O vosso trabalho é indispensável.

O vosso compromisso é admirável.

A vossa independência é uma garantia para todos os cidadãos.

Ao celebrar cem anos de existência, a Ordem dos Advogados renova a sua missão:

Defender a dignidade da profissão.

Proteger a independência da Advocacia.

Promover a literacia jurídica.

Garantir os direitos dos cidadãos.

Fortalecer a Justiça e a democracia.

Honrar o legado de um século.

E preparar, com ambição e responsabilidade, os próximos cem anos.

Existe uma data que quero que todos levem daqui devidamente assinalada.

No próximo dia 12 de junho, a Ordem dos Advogados celebrará oficialmente o seu Centenário, em Lisboa, na Aula Magna.

Depois da sessão, teremos um jantar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos seus corredores, para o qual estão também, desde já, convidados.

Deixo o convite a todos, sem exceção, para estarem connosco em Lisboa na celebração do nosso Centenário.

Prometemos uma sessão diferente desta.

Uma sessão mais dinâmica e mais orientada para o futuro.

Porque, mais do que olhar para trás, queremos olhar em frente.

Queremos celebrar convosco o futuro que desejamos que seja ainda melhor do que o nosso passado.

Enquanto existirem Advogados independentes, existirão cidadãos mais livres.

Enquanto existir defesa, existirá Justiça.

E enquanto existir Justiça, existirá democracia.

Esse foi o trabalho de um século.

Será também o trabalho do próximo.

Porque juntos podemos mais.

E contamos convosco.

Muito obrigado.